

Saberes docentes sobre desfralde na Educação Infantil

Teaching knowledge on potty training in Early Childhood Education

El conocimiento de los maestros sobre el proceso de dejar el pañal en la Educación Infantil

Maévi Anabel Nono

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6015-1105>

Resumo: No Brasil, creches e pré-escolas se constituem em espaços institucionais de educação e cuidado das crianças de zero a cinco anos de idade. Nesses ambientes, crianças vivenciam o desfralde, entendido como marco de desenvolvimento caracterizado pela aquisição do controle dos esfínteres e pela aprendizagem do uso social do banheiro. Nesse artigo, focalizamos saberes docentes de professoras de Educação Infantil sobre desfralde, considerando que é função dessas profissionais acompanhar as crianças nas experiências de deixar as fraldas. Trata-se de estudo de natureza qualitativa que teve como participantes oito docentes que responderam a questionários. Suas respostas apontam para a existência de saberes sobre desfralde que vão ao encontro da literatura, embora não se fundamentem explicitamente nela e que, por isso, precisam ser aprofundados para garantir o planejamento de práticas pedagógicas que acompanhem as crianças no desfraldar. Desta forma, fica evidente a necessidade de que tais saberes sejam abordados nos cursos de formação para docência na Educação Infantil.

Palavras-chave: desfralde; educação infantil; saberes docentes; formação docente.

Abstract: Brazilian nurseries and pre-schools are institutional childcare and education facilities aged from zero to five. There, toddlers will train using the potty, understood as a developmental milestone characterized by the acquisition of sphincter control and learning to socially use the toilet. Herein, there is a focus on the educational knowledge of teachers on potty training in early childhood education (ECE), considering that it is part of these professionals' jobs to support the toddlers in their experience of leaving diapers. This was a qualitative study with eight teachers who answered questionnaires. Their answers point to some knowledge on potty training which is endorsed by the literature, although it is not explicitly based on it and needs to be further studied to result in a plan of pedagogical practices to support toddlers during this process. Moreover, such knowledge may need to be approached in training courses for ECE teachers.

Keywords: potty training; childhood education; teaching knowledge; pedagogical training.

Resumen: En Brasil, las guarderías y escuelas infantiles son espacios institucionales de educación y cuidado de niños desde cero hasta cinco años. En estos ambientes, los niños experimentan la dejada del pañal, entendida como un hito de desarrollo caracterizado por la adquisición del control de esfínteres, y el aprendizaje del uso social del baño. En este artículo, nos centramos en los conocimientos pedagógicos de las educadoras



Esta obra está licenciada com uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

sobre el proceso de dejar el pañal, considerando que es su labor acompañar a los niños en sus experiencias al dejarlo. Este artículo es un estudio cualitativo en el que participaron ocho maestras que respondieron a cuestionarios. Sus respuestas apuntan que sus conocimientos sobre el proceso están en consonancia con la literatura, aunque no se basen explícitamente en ella y que, por lo tanto, necesitan ser profundizados para garantizar la planificación de prácticas pedagógicas que acompañen a los niños durante el proceso de dejar el pañal. Por consiguiente, se hace evidente la necesidad de que este conocimiento sea abordado en los cursos de formación para la enseñanza en Educación Infantil.

Palabras clave: dejar el pañal; educación infantil; conocimientos pedagógicos; formación de profesores.

1 Introdução

No contexto da Educação Infantil definido nas normativas brasileiras (Brasil, 2009, 2017), crianças vivenciam um importante marco do desenvolvimento infantil: o desfralde. Pouco investigadas, ausentes dos currículos dos cursos de formação inicial e continuada para a docência e das propostas pedagógicas das instituições infantis (Barbosa; Quadros, 2017) e, por vezes, inadequadamente abordadas em documentos e normativas nacionais, estaduais e municipais para a Educação Infantil (Nono; Couto, 2023), as experiências de aquisição do controle esfinteriano e de aprendizagem do uso social do banheiro devem fazer parte do conjunto de saberes docentes das professoras responsáveis pelas práticas de cuidado e educação das crianças de zero a cinco anos matriculadas na primeira etapa da Educação Básica brasileira.

A pesquisa, de natureza qualitativa (André, 2013), relatada nesse artigo foi realizada durante os anos de 2023/2024 e buscou evidenciar os saberes explicitados por professoras de Educação Infantil a respeito do desfralde. Seu objetivo era subsidiar políticas de formação relacionadas ao desfraldar e possibilitar reflexões sobre a importância desse marco de desenvolvimento ser abordado em pesquisas, documentos e normativas para creches e pré-escolas.

No artigo, inicialmente, apresenta-se o conceito de desfralde a partir de contribuições de pesquisadoras das áreas da Nefrologia Pediátrica, Medicina, Pediatria, Enfermagem (Ghizoni, 2021; Goh *et al.*, 2013; Gomes, 2019) e da Educação (Barbosa; Quadros, 2017). Em seguida, são descritos os aspectos metodológicos do estudo relatado, que envolveu oito professoras de crianças de zero a cinco anos que se dispuseram a responder questionários com questões sobre a temática. As respostas das professoras são apresentadas e discutidas com base na literatura (Ghizoni, 2021; Goh *et al.*, 2013; Gomes, 2019; Nunes *et al.*, 2017; Barbosa; Quadros, 2017; Oliveira *et al.*, 2019; Felipe, 2001; Quadros, 2017; Bassedas; Huguet; Solé, 1999; Tardif, 2002) e nas normativas para a Educação Infantil e para a formação de docentes para essa etapa educacional (Brasil, 2009; Brasil, 2012; Brasil, 2017).

Finalmente, são apresentadas considerações finais organizadas a partir das respostas das docentes, que apontam para a existência de saberes sobre desfralde que vão ao encontro da literatura, embora não se fundamentem explicitamente nela, e que, por isso, precisam ser aprofundados para que se garanta o planejamento de práticas pedagógicas que acompanhem as crianças no desfraldar. Tais respostas também indicam a necessidade destes saberes serem abordados nos cursos de formação inicial e continuada para a docência na Educação Infantil.

2 O desfralde na Educação Infantil brasileira

No Brasil, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs), fixadas pela primeira vez em 1999 (Brasil, 1999) e revisadas pela Resolução CNE/CEB nº 5/2009 (Brasil, 2009), caracterizam as creches e pré-escolas como espaços institucionais de educação e cuidado das crianças de zero a cinco anos e concebem a criança como “[...] sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva [...]” (Brasil, 1999, art. 4). Devendo ser tomada, nas propostas pedagógicas da Educação Infantil, como centro do planejamento curricular, a criança deve ter garantido, nas escolas que as recebem, seu direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. O cuidado deve, de acordo com as DCNEIs, ser entendido como algo indissociável do processo educativo, já que promove o crescimento e o desenvolvimento integral saudável das crianças (Maranhão, 2023).

Na Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil (BNCC/CEI) (Brasil, 2017), as crianças são entendidas como sujeitos sensíveis que, nas creches e pré-escolas, devem ter assegurados os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e se conhecer. Esses direitos também representam as formas pelas quais as crianças da Primeira Infância aprendem e se desenvolvem, assim, devem orientar todas as práticas educativas organizadas nas instituições de Educação Infantil, onde o educar e o cuidar devem existir de forma integrada.

De acordo com Oliveira *et al.* (2019, p. 47-48),

Entende-se que as atividades de cuidado não se distinguem das atividades pedagógicas, posto que ambas são aspectos da mesma experiência, do ponto de vista da criança. [...] A própria rotina pedagógica deve compreender, de forma integrada, ações de cuidado e de educação da criança. [...] Cuidar é uma ação complexa que envolve diferentes ações, gestos, precauções, atenção, olhares. É muito importante que o cuidar seja tecido na relação entre sujeitos que estabelecem intimidade: o professor e as crianças. Assumir a intrínseca relação entre educar e cuidar é um importante princípio para a definição de práticas educativas. Envolve acolher a criança

nos momentos difíceis, orientá-la quando necessário, apresentar-lhe o que há de encantador no mundo da música e das artes, da natureza e dos homens, das letras e dos números, e muito mais, de modo a enriquecer a trajetória de cada criança e ajudá-la a construir sua história pessoal.

Nesse contexto da Educação Infantil brasileira, em que o educar e o cuidar precisam se integrar às práticas docentes, e devem ser proporcionadas para as crianças da Primeira Infância experiências cotidianas que promovam seus direitos, dentre os quais o de se conhecer, o que permitirá a construção de uma identidade positiva de si mesma, o desfralde, tema da pesquisa relatada nesse artigo, é vivenciado pelas crianças bem pequenas¹. Por ser um marco do desenvolvimento bastante complexo, exige das professoras saberes que fundamentem práticas adequadas para seu acompanhamento, advindos tanto da área educacional e do desenvolvimento infantil, quanto da área da Saúde. Conforme afirma Maranhão (2010; 2023), a docência na Educação Infantil requer que essas profissionais revisitem e se apropriem de conhecimentos pautados nas Ciências da Saúde e Humanas, o que fica evidente quando se trata de ações relacionadas ao processo de deixar as fraldas.

De acordo com Ghizoni (2021), nefrologista pediátrica, o desfralde, entendido como a aquisição do controle esfinteriano, é um processo fisiológico que envolve o amadurecimento neurológico da criança. O desfralde também representa um marco social, uma vez que é influenciado por diversos fatores educacionais, ambientais, sociais, familiares e psicológicos. Assim, o desfralde precisa ser acompanhado de forma adequada e vivenciado no momento certo pela criança bem pequena, que é a protagonista desse processo, conforme apontam Goh *et al.* (2013), profissionais da área da Medicina e Pediatria:

[...] pois a criança precisa possuir maturidade suficiente para controlar o esfíncter, e uma retirada abrupta ou forçada pode causar disfunções miccionais (incontinência urinária, constipação, encoprese, enurese), além de traumas psicológicos que podem vir a repercutir durante o desenvolvimento da criança (Goh *et al.*, 2013, p. 1).

Deixar as fraldas no momento correto é essencial, segundo Ghizoni (2021), para evitar que a criança adquira disfunções miccionais e intestinais. Dessa forma, o processo de desfraldar se manifestará de forma progressiva e evolutiva. Quando os adultos tentam conduzir precocemente o desfralde,

Apesar do substrato neurológico ainda não estar preparado, a criança percebe a pressão externa para que controle a urina e fezes e começa a utilizar mecanismos de contração do assoalho pélvico para tal, que levam a incoordenação entre o músculo da bexiga e a contração do esfíncter, disfunção miccional e/ou intestinal. Estes se

¹ De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017), as crianças bem pequenas são aquelas que possuem de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses de idade e que, portanto, estão na faixa de idade em que acontece o desfralde (Bassedas; Huguet; Solé, 1999; Nunes *et al.*, 2017).

traduzirão em um “mau funcionamento” da bexiga, com sensação de urgência para urinar, incontinência urinária, esvaziamento incompleto da bexiga, deixando resíduos que favorecem infecções urinárias, inflamações vaginais (vulvovaginite) nas meninas e também problemas intestinais como constipação (Ghizoni, 2021, p. 12).

Em seu estudo realizado com docentes de Educação Infantil, Gomes (2019), pesquisadora da área da Enfermagem, aponta que há falta de conhecimento sobre o desfraldar – o que pode gerar um acompanhamento mal planejado do desfralde. O estudo aponta ainda, um desejo, por parte dos docentes, de participação em programas de formação relacionados ao tema. Baseando-se no entendimento de que um desfralde acompanhado de modo inadequado pode levar ao surgimento de uma disfunção vesical e intestinal nas crianças, a autora destaca que deve ser garantida, aos professores de crianças de zero a cinco anos de idade, uma formação adequada para lidar com o momento de deixar as fraldas. A falta de conhecimento por parte de professoras de creches sobre o desfralde também se revela no estudo realizado por Goh *et al.* (2013), o qual aponta a necessidade de que o tema seja tratado em conjunto por famílias e escola, e de que seja abordado nos cursos de formação para a docência na Educação Infantil.

Barbosa e Quadros (2017) destacam que a aquisição do controle dos esfíncteres e a aprendizagem do uso social do banheiro se constituem como grandes desafios de ordem cognitiva, social e motora, e são, portanto, uma aprendizagem central para as crianças. Contudo, as autoras afirmam que tais temáticas não constam das investigações acadêmicas do campo educacional e não estão presentes nos currículos dos cursos de formação de professores para a Educação Infantil, nem nos currículos das creches e pré-escolas, o que revela uma invisibilidade desse marco do desenvolvimento nas instituições infantis responsáveis legalmente pelo cuidado e pela educação das crianças bem pequenas.

Para que o desfralde seja valorizado nas propostas pedagógicas das escolas de Educação Infantil e nos programas das disciplinas dos cursos de Pedagogia e de formação continuada de professores de creches e pré-escolas, é fundamental que ele seja abordado de forma adequada nas normativas e documentos oficiais da primeira etapa da Educação Básica. O desfralde foi investigado nas normativas e documentos em pesquisa realizada no período 2021-2022 (Nono; Couto, 2023). O objetivo desse estudo foi identificar, descrever e analisar como o desfralde é abordado nas normativas e nos documentos oficiais nacionais, estaduais e municipais de Educação Infantil brasileiros no que se refere a como é conceituado e quais são as orientações sobre esse processo oferecidas para docentes e gestores de creches e pré-escolas.

De acordo com Nono e Couto (2023), apesar da importância do desfralde no cotidiano das vidas das crianças em creches e pré-escolas, nota-se, por meio dos dados analisados, sua quase inexistência nos documentos nacionais voltados para a Educação Infantil. Nas normativas nacionais em que o desfralde é abordado, observa-se um entendimento

que vai ao encontro da literatura sobre esse marco de desenvolvimento e sobre Educação Infantil (Barbosa; Quadros, 2017; Oliveira *et al.*, 2019; Goh *et al.*, 2013; Gomes, 2019). Há, inclusive, nessas normativas, o destaque para a necessidade de que o desfralde seja função da docente que atua nessa etapa da Educação Básica, devendo fazer parte dos currículos dos cursos de formação de professores.

Nos documentos e normativas estaduais e municipais brasileiros, ainda de acordo com a pesquisa (Nono; Couto, 2023), observam-se diferenças nos modos como o desfralde é conceituado, na forma de encarar o papel da escola e da família nesse processo e nas formas de orientação de como deve ocorrer o desfralde nas creches e pré-escolas. Notam-se, também, lacunas nas orientações sobre as consequências de um desfralde acompanhado de forma inadequada.

A pesquisa relatada neste artigo pretendeu evidenciar saberes (Tardif, 2002) de professoras de Educação Infantil sobre o desfralde. Entende-se que a descrição e a discussão de tais saberes trarão subsídios para programas de formação inicial e continuada de docentes de creches e pré-escolas, para reflexões sobre o lugar desse marco do desenvolvimento nas normativas e nos documentos para Educação Infantil e, também, para as propostas pedagógicas e práticas cotidianas das instituições infantis.

3 Aspectos metodológicos da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de campo de natureza qualitativa (André, 2013) e de caráter descritivo-explicativo (Gil, 2007) realizada no período 2023-2024. O estudo teve como objetivo evidenciar e discutir saberes de professoras de creches e pré-escolas sobre o controle dos esfíncteres e a aprendizagem do uso social do banheiro pelas crianças, com foco sobre os seguintes aspectos: a) aprendizagens sobre desfralde no curso de formação inicial para a docência; b) aprendizagens sobre desfralde em atividades de formação continuada; c) lacunas nos saberes docentes sobre desfralde; d) papel das famílias e das escolas de Educação Infantil no processo de desfralde; e) concepção de desfralde (idade em que ocorre, sinais que indicam o momento certo para o desfralde, escapes de xixi e cocô, sentimentos das crianças durante o desfralde); f) estratégias utilizadas durante o processo de desfralde das crianças; e g) condições necessárias na escola para o desfralde.

Como técnica de coleta de dados, foram respondidos questionários por Agentes de Desenvolvimento Infantil (ADIs) dos Centros de Convivência Infantil (CCIs) de uma Instituição de Ensino Superior (IES) do estado de São Paulo. Estes CCIs recebem crianças de zero a cinco anos de idade que são filhos de servidores técnico-administrativos, docentes e discentes da instituição. O projeto de pesquisa foi enviado para as Supervisoras e o Supervisor dos CCIs de todos os câmpus da IES para apresentação do estudo e solicitação

de anuência para que as ADIs pudessem responder aos questionários. Houve anuência da Supervisão dos CCIs localizados em seis câmpus. Os questionários, após aprovação do estudo pelo Comitê de Ética em Pesquisa, foram enviados por *e-mail* para todas as ADIs dos CCIs cujas Supervisoras manifestaram aceite e interesse na participação da pesquisa. As docentes também receberam, por *e-mail*, os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido. Foram respondidos quatro questionários por ADIs do CCI de um dos câmpus da IES (aqui denominado CCIA) e quatro por ADIs do CCI de outro câmpus (aqui denominado CCIB), num total de oito questionários.

Os questionários eram constituídos por dois conjuntos de questões. O primeiro, composto por sete questões fechadas para caracterização da ADI, centrava-se na idade da docente, no ano de início da docência na Educação Infantil, no ano de entrada no CCI, no ano em que se formou no curso de magistério e de licenciatura em Pedagogia, nos cursos de pós-graduação realizados e na faixa de idade do agrupamento de crianças com as quais trabalha no CCI. O segundo conjunto continha oito questões abertas relacionadas ao desfralde abordando os aspectos elencados nos objetivos da pesquisa, a saber: a) aprendizagens sobre desfralde no curso de formação inicial para a docência; b) aprendizagens sobre desfralde em atividades de formação continuada; c) lacunas nos saberes docentes sobre desfralde; d) papel das famílias e das escolas de Educação Infantil no processo de desfralde; e) concepção de desfralde (idade em que ocorre, sinais que indicam o momento certo para o desfralde, escapes de xixi e cocô, sentimentos das crianças durante o desfralde); f) estratégias utilizadas durante o processo de desfralde das crianças; e g) condições necessárias na escola para o desfralde das crianças.

Considerando a literatura sobre desfralde e função da Educação Infantil no Brasil (Ghizoni, 2021; Goh *et al.*, 2013; Gomes, 2019; Barbosa; Quadros, 2017; Oliveira *et al.*, 2019; Felipe, 2001; Quadros, 2017), sobre saberes docentes (Tardif, 2002), e sobre as normativas para essa etapa educacional no Brasil (Brasil, 2009, 2012, 2017), os dados foram discutidos a partir de focos de análise (Mizukami *et al.*, 2002) estabelecidos com base nos objetivos da pesquisa, de modo que se pudesse evidenciar um panorama dos saberes de professoras de Educação Infantil sobre esse marco do desenvolvimento.

4 Resultados e discussão

As oito professoras participantes da pesquisa possuem entre 37 e 49 anos de idade. Uma delas iniciou suas atividades na docência em 1996; as demais ingressaram na profissão entre os anos de 2005 e 2009. Todas as docentes possuem, portanto, mais de 15 anos de carreira, estando, de acordo com Huberman (1992), em uma fase do ciclo de vida profissional em que já ultrapassaram os aspectos da descoberta e da sobrevivência que

marcam a entrada na profissão, em que já vivenciaram os sentimentos da estabilização como professoras e em que vivenciam possibilidades de experimentação e diversificação em suas práticas docentes.

Considerar a etapa da carreira em que se encontram as participantes da pesquisa é fundamental na discussão de seus saberes profissionais sobre o desfralde. Afinal, lacunas em seus saberes sobre esse processo podem ser desafiadoras para docentes em início de carreira, mas motivadoras para professoras em busca de experimentar novas práticas e diversificar as já consolidadas. De fato, as respostas das participantes evidenciam lacunas e dúvidas sobre o desfralde, sem que isso indique, da parte delas, dificuldades em suas atuações cotidianas com as crianças.

Em relação ao ano em que se formaram no curso de Pedagogia, a docente que iniciou na carreira em 1996 se formou no ano 2000. As demais concluíram a graduação entre os anos de 2002 e 2007. Vale destacar que todas finalizaram a formação inicial para a docência em Educação Infantil depois de terem sido fixadas, no Brasil, as DCNEIs (Brasil, 1999), o que não significa que tais Diretrizes tenham sido estudadas em seus cursos. Contudo, nenhuma delas estudou, na graduação em Pedagogia, as DCNEIs publicadas em 2009 (Brasil, 2009) e a BNCCEI instituída em 2017 (Brasil, 2017). Essas informações são relevantes porque nessas normativas está expressa a concepção de criança que orienta as práticas cotidianas nas creches e pré-escolas atualmente. A indissociabilidade entre educar e cuidar como marca da Educação Infantil também se determina nessas normativas, apontando, portanto, ainda que não de forma explícita, o desfralde como parte do trabalho do professor de Educação Infantil. Talvez a ausência de um estudo mais aprofundado dessa legislação esteja na base da falta de clareza das participantes a respeito de seus papéis e do papel das famílias no acompanhamento do desfralde pelas crianças, como será discutido adiante.

No que se refere à idade das crianças com as quais as professoras participantes do estudo atuam nos CCIs, vale ressaltar que algumas ADIs, por atuarem em agrupamentos de crianças com cinco anos de idade, por vezes, não responderam às questões. A opção por incluir no estudo todas as ADIs, independente da faixa de idade com que atuavam, e levando em conta que as crianças poderiam não estar vivenciando o processo do desfralde, deve-se ao entendimento da Educação Infantil como uma etapa única e, portanto, à compreensão de que as professoras de creches e pré-escolas devem possuir saberes sobre um marco de desenvolvimento que ocorre nessa etapa, e que tais saberes precisam ser investigados.

As respostas oferecidas pelas ADIs sugerem que a opção foi acertada, já que foi possível notar 1) a continuidade do trabalho com o uso social do banheiro durante toda a Educação Infantil, como escreve a ADI4CCIA: “A etapa que trabalho elas já estão desfral-

dadas. Trabalho a questão do uso do vaso sanitário, explicando onde fazemos xixi e cocô” e 2) a atuação em parceria na instituição, não sendo o desfralde responsabilidade apenas da docente do agrupamento com crianças que estão deixando a fralda e aprendendo a usar o banheiro, como sugere a resposta da ADI3CCIB: “Toda equipe auxilia no sentido de estimular, cuidar, ajudar, ensinar as crianças, mesmo não sendo professor da turma”.

No Quadro 1 estão sistematizados os dados referentes à caracterização das participantes da pesquisa.

Quadro 1 – Caracterização das docentes participantes da pesquisa.

	Idade	Ano de início na docência na EI	Ano em que se formou no curso de Pedagogia	Idade das crianças com as quais atua na EI
ADI1CCIA	38	2009	2007	4 a 5 anos e 11 meses
ADI2CCIA	41	2009	2007	0 a 1 ano
ADI3CCIA	48	2006	2004	1 a 2 anos e 11 meses
ADI4CCIA	49	1996	2000	3, 4, 5 e 6 anos
ADI1CCIB	38	2005	2006	2 e 3 anos
ADI2CCIB	45	2006	2002	3 e 4 anos
ADI3CCIB	37	2006	2005	0 a 1 anos
ADI4CCIB	41	2009	2006	5 anos

Fonte: Elaborado pela própria autora.

No que se refere às aprendizagens sobre desfralde no curso de formação inicial para a docência, nota-se que 50% das respondentes afirmaram que o tema do desfralde não foi abordado durante o curso de licenciatura em Pedagogia. Outras quatro professoras apontaram que o tema foi pouco abordado, sendo dito “[...] somente que era um processo importante da criança que deveria ser feito com calma, tranquilidade e que não tinha a idade exata e sim o tempo da criança” (ADI2CCIA) e tratadas “[...] questões básicas sobre desfralde” (ADI4CCIA), como “[...] tem que esperar o momento que a criança apresenta sinais que está querendo sair da fralda” (ADI3CCIA). Esses dados se assemelham aos encontrados por Barbosa e Quadros (2017) segundo as quais, em pesquisa realizada em escola de Educação Infantil, professoras e gestoras disseram que nada havia sido visto sobre o tema em seus cursos de formação inicial.

Assim como no estudo conduzido por Gomes (2019), as docentes participantes também manifestaram o desejo de que tivessem aprendido sobre o tema no curso de formação inicial, conforme os relatos a seguir: “Gostaria de ter tido pelo menos as orientações bási-

cas” (ADI1CCIA), “Gostaria de ter aprendido maneiras e técnicas que pode ser usado para auxiliar a criança a sair das fraldas” (ADI3CCIA), “[...] gostaria de ter aprendido mais sobre alguns comportamentos específicos que ocorrem no processo de desfralde” (ADI4CCIA), “Gostaria de ter tido relatos de experiências/vivências dessa etapa e sobre como lidar com a parte emocional da criança, nesse período tão importante” (ADI2CCIB), “Gostaria de saber como fazê-lo da melhor forma para a criança” (ADI3CCIB) e “Seria interessante aula com psicóloga mostrando principalmente os atos que sinalizam uma criança preparada para o desfralde” (ADI4CCIB).

Ao tratar das orientações sobre a formação dos profissionais para atuar na Educação Infantil, o Parecer CNE/CEB nº 17/2012 (Brasil, 2012) deixa evidente a necessidade de que saberes relacionados ao controle dos esfíncteres e ao uso social do banheiro sejam abordados nos cursos de formação inicial para a docência nas instituições infantis, ao determinar que

As tarefas de educar e cuidar devem ser vistas como indissociáveis e requerem formação específica, pois envolvem conhecimentos próprios para o trabalho pedagógico em ambiente de educação coletiva a serem tratados em cursos de magistério. [...] Estes conteúdos, dentre outros, também devem fazer parte do currículo do Magistério, quer no Ensino Superior, quer no Ensino Médio, embora essa seja ainda uma lacuna a ser suprida em muitos casos. [...] todos os profissionais que coordenam as turmas de crianças pequenas devem ser professores com formação específica em Educação Infantil, conscientes da importância de todas as atividades, e responsáveis, inclusive, pelas trocas, alimentação, higiene etc. (Brasil, 2012, p. 13-15).

Em relação às aprendizagens sobre desfralde em atividades de formação continuada, três professoras indicaram que o tema não foi abordado nessas situações formativas. Vale destacar que uma delas mencionou a necessidade de que o tema fosse tratado com a presença de “[...] pediatra, psicólogo e outros profissionais auxiliando” (ADI4CCIB). As demais ADIs apontaram que o desfralde foi abordado em reuniões pedagógicas ou em cursos, tendo sido tratadas as seguintes aprendizagens relacionadas ao tema: papel da família e da escola no processo de desfralde, sinais de que a criança pode deixar de usar as fraldas, idade e forma como deveria acontecer o desfralde, e importância de se respeitar o tempo da criança no processo. Os relatos a seguir ilustram o que foi mencionado:

Não, nunca tivemos um curso ou palestra sobre esse tema, porém nas reuniões pedagógicas já trabalhamos com textos e compreendemos melhor sobre a necessidade de partir da família e não somente do CCI a iniciativa desse processo (ADI2CCIA).

Na formação continuada, nunca teve um curso sobre o desfralde de criança. Nas reuniões pedagógicas com as funcionárias e com a supervisora foi apresentado al-

guns textos sobre este tema, só que tem que esperar a criança apresentar sinais de desfralde, tais como apresenta interesse em usar o vaso sanitário, sabe distinguir quando e xixi (ADI3CCIA).

Fiz apenas um curso que abordou levemente o tema vinculado à disciplina positiva. Falava sobre a importância de respeitar o momento de cada criança e a necessidade de cada um (ADI3CCIB).

Sobre o papel das famílias e das escolas de Educação Infantil no processo de desfralde, percebe-se que os saberes das professoras são diversos e controversos. Ao mesmo tempo em que afirmam que deve ser papel da família iniciar o processo de desfralde e manifestar o desejo de que a criança deixe de usar as fraldas, evidenciam o saber de que as famílias desconhecem como orientar tal processo, necessitando de orientações da escola e, algumas vezes, dificultando o trabalho realizado pelas professoras.

De modo geral, nota-se que as docentes mencionaram a importância da parceria entre famílias e escola nesse processo. Em suas respostas, apontaram que “[...] as famílias e a escola precisam falar a mesma língua para que não confunda a cabeça da criança, precisam estar conectadas e seguras de que a criança está “pronta” para iniciar esse processo” (ADI2CCIA), “O papel das famílias e das escolas de Educação Infantil, é trabalharem juntas em prol de auxiliar a criança a ter um desfralde prazeroso, sem traumas” (ADI3CCIA), “Em primeiro lugar precisa haver sintonia e diálogo [entre escola e família]” (ADI1CCIB), “Escola e família sempre caminhando juntos nesse processo” (ADI2CCIB), “Acho que deve ser um processo para ser feito juntos [...]” (ADI3CCIB) e “Aqui o desfralde é feito em parceria com a família [...]. Devem trabalhar [escola e família] falando a “mesma língua” e respeitar o tempo da criança” (ADI4CCIB).

Apesar de mencionarem a necessidade da parceria entre famílias e escola no processo de desfralde das crianças, é interessante apontar que, para algumas docentes, como mencionado anteriormente e aqui mais bem discutido, é papel das famílias iniciar esse processo. Em sua resposta, a ADI2CCIB afirma: “Esperamos a manifestação da família para o início e juntos vamos ajudando a criança nesse processo [do desfralde]. [...] Primeiramente aguardamos a família se manifestar [...]”. A ADI3CCIA destaca que “Na proposta pedagógica o desfralde deve partir da família, que observa sinais em que a criança está apresentando para o desfralde. [...] antes partia da creche tirar a fralda de criança, mas agora a família que começa a tirar em casa”. A ADI2CCIA menciona que “[...] nas reuniões pedagógicas já trabalhamos com textos e compreendemos melhor sobre a necessidade de partir da família e não somente do CCI a iniciativa desse processo”.

As professoras não evidenciam em suas respostas as fontes dos saberes sobre ser papel das famílias iniciarem o processo de desfralde. É possível que esse saber tenha sido construído a partir do posicionamento de pediatras, que sugere o desfralde como tarefa da família e não da escola. Vale destacar, entretanto, que a crítica feita pelos pediatras e o

entendimento de que o desfralde deve ocorrer em ambiente familiar parecem surgir de uma visão contrária ao desfralde coletivo, segundo eles, ainda presente em muitas escolas, o que não é o caso dos CCIs investigados, como será discutido mais adiante. O Manual de Orientação do Treinamento Esfincteriano (Sociedade Brasileira de Pediatria; Sociedade Brasileira de Urologia, 2019, p. 5) destaca que se deve “Evitar que a escola defina o período de TE (Treinamento Esfincteriano) em conjunto na sala, sem individualizar cada criança em relação à sua idade, nível de desenvolvimento e presença dos sinais de prontidão”. Do ponto de vista da legislação brasileira sobre Educação Infantil, é tarefa das professoras, complementando as ações da família, planejar e cuidar das experiências das crianças relacionadas ao desfralde:

O período de vida atendido pela Educação Infantil caracteriza-se por marcantes aquisições: a marcha, a fala, **o controle esfincteriano**, a formação da imaginação e da capacidade de fazer de conta e de representar usando diferentes linguagens [...]. As práticas envolvidas nos atos de alimentar-se, tomar banho, trocar fraldas e **controlar os esfíncteres**, na escolha do que vestir, na atenção aos riscos de adoecimento mais fácil nessa faixa etária, no âmbito da Educação Infantil, não são apenas práticas que respeitam o direito da criança de ser bem atendida nesses aspectos, como cumprimento do respeito à sua dignidade como pessoa humana. Elas são também práticas que respeitam e atendem ao direito da criança de apropriar-se, por meio de experiências corporais, dos modos estabelecidos culturalmente de alimentação e promoção de saúde, de relação com o próprio corpo e consigo mesma, mediada pelas professoras e professores, que intencionalmente planejam e cuidam da organização dessas práticas (Brasil, 2009, p. 7-9-10, grifo nosso).

No Parecer CNE/CEB nº 17/2012 (Brasil, 2012), há um destaque sobre ser função do professor de Educação Infantil apoiar a criança na aquisição do controle esfincteriano, já que esse profissional, de acordo com o referido Parecer, deverá ter construído em seu curso de formação conhecimentos próprios para o trabalho pedagógico nas creches e pré-escolas:

Faz parte da função do professor estar integralmente com as crianças, tal como prescrevem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, de modo a enfrentar questões como a do acolhimento, da alimentação, sono e higiene, **do apoio ao controle esfincteriano pela criança**, sempre relegadas a um segundo ou terceiro plano e acompanhadas por quem “não é professor”, não se admitindo auxiliares em substituição à presença do professor (p. 15, grifo nosso).

As docentes apontaram, em suas respostas, ações da escola para orientar as famílias em relação ao processo de desfralde, entre as quais estão conversas em reuniões com

orientações e esclarecimento de dúvidas, além da disponibilização de informações por escrito sobre esse marco do desenvolvimento das crianças. Nas respostas aos questionários, pode-se observar que as ADIs conversam com as famílias sobre sua importância no processo de desfralde, sobre os sinais que devem ser observados nas crianças que indiquem que elas podem deixar de usar as fraldas, sobre como o desfralde deve ser realizado em casa, sobre o fato de que se deve respeitar o tempo da criança e evitar que a ansiedade dos pais atrapalhe o processo.

Uma das participantes da pesquisa sugere, em sua resposta, seus saberes sobre atitudes das famílias durante o desfralde. Ela afirma que “A escola facilita informando e colocando em prática o desfralde, porém, muitos pais acham melhor usar a fralda porque dá menos trabalho. Quando iniciam o desfralde, muitas vezes ficam inseguros e colocam a fralda em casa deixando a criança sem fralda só na escola” (ADI4CCIA). Outras ADIs apontam que, em alguns casos, as atitudes das famílias podem se constituir como dificultadoras do processo de desfralde. A ADI1CCIA, por exemplo, destaca que “Já houve casos de interrupção [do processo] pelo fato de a criança não receber o mesmo estímulo em casa”. Para a ADI2CCIA, “Família que não colabora junto com a equipe do CCI [representa um dificultador no processo do desfralde]”. Em outros casos, as famílias podem adotar atitudes facilitadoras do processo, como também menciona a ADI2CCIA: “Já precisei interromper o desfralde de uma criança, pois numa decisão junto com a família percebemos que estava se tornando algo traumático para a criança, retomamos o uso da fralda por uns 6 meses e depois retomamos e obtivemos êxito”.

Ao investigar a concepção de desfralde das professoras de Educação Infantil participantes da pesquisa, buscamos evidenciar seus saberes sobre idade em que ocorre, sinais que indicam o momento certo para o desfralde, escapes de xixi e cocô e sentimentos das crianças durante o desfralde. Conforme evidenciado pelas docentes, seus saberes sobre esse marco do desenvolvimento não são provenientes, em sua maioria, da formação profissional para o magistério. Aparentemente, provêm de sua própria experiência na profissão e na escola (Tardif, 2002) e de sua observação das crianças com quem trabalham. Entretanto, a definição de desfralde de Ghizoni (2021) revela a complexidade desse processo e sugere, portanto, a necessidade de saberes específicos que sejam construídos em cursos de formação para a docência na Educação Infantil:

A aquisição do controle esfinteriano é um processo fisiológico que envolve o amadurecimento neurológico da criança. Tal qual para outras habilidades, como andar e falar, para adquirir o controle miccional e evacuatório, as etapas do desenvolvimento neuropsicomotor precisam ser respeitadas. Todavia, sendo a aquisição da continência também um marco social, além dos aspectos fisiológicos envolvidos, o

desfralde acaba sendo influenciado por diversos fatores educacionais, ambientais, sociais, familiares e psicológicos (Ghizoni, 2021, p. 9).

No que se refere à idade adequada para o desfralde, duas ADIs mencionaram que acontece “[...] a partir dos dois anos” (ADI2CCIA) e que “O desfralde nunca é feito antes dos dois anos” (ADI3CCIB). As demais professoras não indicaram uma idade em suas respostas. As respostas das professoras, embora não mencionem nenhum tipo de justificativa para a idade indicada, vão ao encontro do que propõe a literatura:

A partir de dois anos, considera-se que a criança está preparada física e psiquicamente para poder controlar suas necessidades fisiológicas, tanto de dia como, progressivamente, de noite. Ao participar ativamente de toda a sequência envolvida nos diferentes momentos do dia em que necessita ir ao banheiro, aos poucos ela vai adquirindo autonomia em tudo que está relacionado a esse aspecto: tirar as calças e a roupa íntima, posicionar-se no vaso sanitário, limpar-se, etc. Entre os dois e os quatro anos, a criança conquista o nível de autonomia necessário nessa ação (Bas-sedas; Huguet; Solé, 1999, p. 46).

Ainda a respeito da idade adequada para o desfralde, Nunes *et al.* (2017, p. 100) afirmam:

O controle esfinteriano é um importante marco no desenvolvimento infantil e, para que seja alcançado, não depende somente de treinamento – como acredita a sabedoria popular –, é essencial a integridade das estruturas anatômicas envolvidas neste ato e a habilidade do sistema nervoso em sincronizá-las. De acordo com Meneses, a aquisição da continência depende do aumento gradativo da capacidade vesical e da maturação dos lobos frontal e parietal, que ocorre nos primeiros dois anos de vida. A aquisição da continência pode ocorrer dos 2 até os 4 anos de idade; Jansson *et al.* demonstraram que a idade média para que a continência urinária seja atingida é aos 3,5 anos.

Nos trechos a seguir é possível observar os saberes das professoras sobre os sinais de que a criança pode deixar de usar as fraldas: “[...] tem interesse em usar o vaso sanitário ao ver os amigos, já sabe diferenciar o xixi do coco quando perguntada o que tem na fralda antes de trocar, agacha quando fazer xixi ou coco mesmo estando de fralda, etc.” (ADI1CCIA); “[...] quando se sente incomodada principalmente com o cocô na fralda e quando mostra interesse em usar o vasilhinho” (ADI2CCIA); “[...] ela quer tirar a fralda, distingo xixi e coco (ADI3CCIA); “[...] geralmente ela manifesta incômodo, conseguir descer e subir a calça” (ADI1CCIB); “As crianças geralmente agacham quando quer fazer cocô, já conseguem tirar e colocar a roupa, e algumas mesmo com fralda, já querem elas mesmas tirar a fralda” (ADI2CCIB); “[...] se apresenta curiosidade, interesse, se percebe quando faz o xixi

ou o cocô, se verbaliza, se quer ir ao banheiro com as crianças mais velhas para observar o uso” (ADI3CCIB).

Aparentemente, tais saberes foram construídos durante os anos de experiência docente com crianças bem pequenas ou, como sugerem Barbosa e Quadros (2017, p. 54),

Com frequência, são as experiências domésticas vividas pelos adultos que indicam modos de propor a retirada das fraldas. Dessa forma, a aprendizagem do controle dos esfíncteres é vivenciada a partir das experiências que as educadoras tiveram com seus filhos, sobrinhos ou netos.

Essa constatação se dá, especialmente, se considerarmos as respostas das professoras mencionadas anteriormente de que o desfralde não foi ou foi pouco abordado em cursos de formação inicial ou continuada que realizaram. De qualquer forma, ainda que sem maior detalhamento, os sinais apontados pelas docentes vão ao encontro do indicado na literatura. Sobre tais sinais, por exemplo, Bassedas, Huguet e Solé (1999, p. 152) afirmam:

Para atingir o controle do esfíncter é necessário que haja uma maturação fisiológica do sistema nervoso e muscular (possibilidade de interpretar no cérebro as sensações produzidas pela acumulação de urina na bexiga ou dos excrementos no reto) e um desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo (interesse e desejo de limpeza pessoal; compreensão do que se pergunta a ela; solicitação para ir ao banheiro ou uso de sua capacidade expressiva para dizer que está com necessidades).

Observar tais sinais envolve um importante saber sobre a docência na Educação Infantil, que parece estar na base das respostas das docentes participantes da pesquisa, como afirmam Barbosa e Quadros (2017, p. 52): “É importante escutar as crianças no momento do desfralde. Isso significa estar atento aos gestos, às falas, aos movimentos, aos desejos, aos desenhos, às brincadeiras das crianças”.

Sobre os escapes, a ADI1CCIA menciona que “Os escapes são tratados de forma natural, porém sempre com a orientação de usar o vaso sanitário”. Para a ADI2CCIA, “Os escapes são tratados de forma natural, podem acontecer, porém explico para ela que sujou a roupa, molhou, que se fizesse no vasilhinho isso não ia acontecer e quando faz no vasilhinho a incentivo, canto parabéns e damos tchau para o xixi ou cocô”. As demais professoras afirmaram que: “Escapes acontecem, lidamos com naturalidade e verbalizamos isso para a criança, trocamos e limpamos a criança e continuamos no plano” (ADI1CCIB), “Quando escapa o xixi, procuro ajudar a criança, conversando, dizendo que está tudo bem e que vamos trocar e eu vou ajudar” (ADI2CCIB), “Caso escape, trocamos, damos banho, lembramos à

criança que no banheiro pode ser mais legal, que assim a roupinha não molha, sempre de maneira respeitosa” (ADI3CCIB).

Dentre os saberes evidenciados pelas professoras, estão aqueles referentes aos sentimentos das crianças durante o processo de desfralde. De modo geral, suas respostas sugerem que, para as crianças, deixar as fraldas envolve os sentimentos de autonomia, de desenvolvimento, de controle de suas necessidades fisiológicas, de satisfação e de alegria. Embora não mencionado pelas docentes, tais sentimentos se relacionam ao objetivo de aprendizagem e desenvolvimento definido na BNCCEI (Brasil, 2017, p. 47) para as crianças bem pequenas: “Demonstrar progressiva independência no cuidado do seu corpo”. Sentimentos de dificuldade e insegurança são mencionados por duas ADIs e, uma delas, destaca que, para algumas crianças, o desfralde pode ser traumatizante (ADI3CCIA).

No que se refere aos saberes das participantes da pesquisa sobre estratégias utilizadas durante o processo de desfralde das crianças, vale mencionar o destaque feito pelas ADIs de que o desfralde coletivo não é utilizado em seus agrupamentos. A ADI1CCIB afirma que “Hoje nosso propósito é estar em sintonia com as famílias; não fazemos desfralde em grupo”. A ADI3CCIB também ressalta que “Não o realizamos [o desfralde] de maneira coletiva, mas sim quando notamos (ou quando a família quer realizá-lo) que a criança está preparada para esse processo”. Esse destaque provavelmente se dá pelo fato de que o desfralde coletivo, entendido como uma “[...] prática de colocar todas as crianças ao mesmo tempo e à mesma hora para fazer cocô ou xixi, como se todas as pessoas fizessem suas necessidades sempre no mesmo horário” (Felipe, 2001, p. 36), é encarado pelas docentes como inadequado, o que vai ao encontro do preconizado pelas Sociedades Brasileiras de Pediatria e de Urologia (2019), conforme discutido anteriormente neste artigo.

Algumas professoras evidenciam, em suas respostas, saberes sobre a importância do uso de contação de histórias e brinquedos no processo de desfralde. Nenhuma delas mencionou títulos de livros utilizados em seus agrupamentos de crianças. Embora não tenham detalhado as estratégias utilizadas, nota-se uma preocupação das docentes para que o processo ocorra em meio às interações e à brincadeira, eixos norteadores das práticas pedagógicas da Educação Infantil (Brasil, 2009). Essa preocupação fica bastante evidente no trecho escrito pela ADI1CCIA: “Como o banheiro é coletivo sempre tem outras crianças usando e isso acaba sendo um estímulo de ensino para a criança também ao visualizar os amigos usando o vaso, além de histórias e outros momentos lúdicos para abordar o tema”.

Além disso, ao listar práticas que desenvolvem com as crianças para apoiá-las no desenvolvimento do controle dos esfíncteres e do uso do banheiro, ainda que de forma pouco detalhada, evidenciam saberes sobre seus papéis e a função da escola no processo do desfralde. Das participantes do estudo, três delas, todas do CCIA, mencionam estratégias relacionadas diretamente ao uso do banheiro pelas crianças.

As demais professoras, todas do CCIB, não mencionam estratégias diretamente ligadas ao uso do banheiro, mas sim relacionadas a histórias e brincadeiras. A ADI1CCIB afirma que “Fazemos brincadeiras com bonecas e fraldas, vaso de brinquedo; rodas de história que estimulem esse momento, decoramos os vasos do CCI com bichinhos”. As histórias também aparecem nas respostas das outras ADIs: “[...] utilizamos recursos como histórias para ajudá-las” (ADI2CCIB) e “Contamos histórias, usamos brinquedos, fantoches, bonecas, brincadeiras, roda de conversa, etc” (ADI3CCIB).

As professoras também puderam evidenciar seus saberes sobre as condições necessárias na escola para o desfralde das crianças. A infraestrutura é apontada como importante para facilitar o processo, assim como o número adequado de profissionais – não apenas docentes – e a parceria entre eles. A ADI2CCIB, por exemplo, afirma que “Os vasos sanitários são adaptados ao tamanho das crianças”. Assim como mencionado no documento Parâmetros nacionais de qualidade da Educação Infantil (Brasil, 2018) em que se destaca a necessidade de que os banheiros, nas instituições de Educação Infantil, sejam de fácil acesso e estejam próximos aos ambientes utilizados pelas crianças, a ADI2CCIB aponta o banheiro próximo à sala e adaptado às crianças como um facilitador do desfralde, e a ausência de uma ADI para auxiliar nesse processo como dificultador dele. Para a ADI1CCIB, “Nosso espaço físico é bom e o quantitativo de crianças não é tão grande [...]. Os funcionários do CCI trabalham de forma integrada, temos parceria um com o outro”.

5 Considerações finais

A literatura que aborda o desfralde como marco do desenvolvimento de crianças bem pequenas revela a complexidade do processo de aquisição do controle esfinteriano fecal e miccional e da aprendizagem do uso social do banheiro. No Brasil, embora pouco abordado em normativas e documentos nacionais que focalizam a Educação Infantil e a formação para a docência nessa etapa da Educação Básica, quando tratado, o desfralde é considerado uma função do docente que atua nas creches e pré-escolas devendo, portanto, fazer parte dos currículos dos cursos de formação de professores.

O estudo aqui apresentado sugere que o tema do desfralde segue sendo tratado de forma pouco aprofundada na formação inicial e continuada de professores para a Educação Infantil. As docentes participantes da pesquisa revelam o desejo de aprender mais sobre o processo de deixar as fraldas vivenciado pelas crianças. Suas respostas apontam para a existência de saberes sobre o desfralde que vão ao encontro da literatura, embora não se fundamentem explicitamente nela, mas que precisam ser aprofundados de modo a garantir o estabelecimento de práticas pedagógicas planejadas para a garantia do direito

das crianças de vivenciar as experiências corporais e sociais relacionadas a esse marco do desenvolvimento.

A pesquisa aqui apresentada indica a necessidade de que cursos de formação inicial e continuada para a docência com crianças bem pequenas garantam a construção de saberes que permitam que professoras e professores de Educação Infantil tratem do desfralde entendendo a complexidade desse processo fisiológico e como ele de fato ocorre, tendo clareza de seu papel no acompanhamento das experiências de deixar as fraldas vividas pelas crianças que é determinado nas normativas nacionais, evitando equívocos nos seus saberes sobre a função da família no desfralde e sabendo das consequências de um acompanhamento do desfralde mal planejado para o desenvolvimento das crianças.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAAEBA: Educação e Contemporaneidade**, [s. l.], v. 22, n. 40, p. 95-10, 2013. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/faeaba/v22n40/v22n40a09.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2022.
- BARBOSA, Maria Carmen Silveira; QUADROS, Vanessa da Silva Rocha de. As aprendizagens cotidianas: os cuidados pessoais das crianças como gesto curricular. **Em Aberto**, Brasília, v. 30, n. 100, p. 45-70, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/3213/2948>. Acesso em: 13 maio 2021.
- BASSEDAS, Eulália; HUGHET, Teresa; SOLÉ, Isabel. **Aprender e ensinar na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 1, de 7 de abril de 1999. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 18, 13 abr. 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=159281-rceb001-99-1&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 06 mar. 2025.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 18, 18 dez. 2009. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=18&data=18/12/2009>. Acesso em: 06 mar. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 17, de 6 de junho de 2012**. Orientações sobre a organização e o funcionamento da Educação Infantil, inclusive sobre a formação docente, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14597-pceb017-12-2&category_slug=novembro-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 06 mar. 2025.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 41-44, 22 dez. 2017. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=41&data=22/12/2017>. Acesso em: 06 mar. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade da Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC: SEB, 2018. Disponível em: https://amnoroste.org.br/uploads/sites/566/2023/05/1643441_Parametros_Nacionais.pdf. Acesso em: 12 jun. 2023.
- FELIPE, Jane. O desenvolvimento infantil na perspectiva sociointeracionista: Piaget, Vygotsky, Wallon. In: CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis Elise (org.). **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 27-37.
- GHIZONI, Luiza. Etapas fisiológicas da aquisição do controle miccional e o impacto orgânico dos treinamentos de desfralde. In: GROppo, Ana *et al.* **Desfralde consciente: como acompanhar o processo da criança que está deixando a fralda com confiança e respeito**. [S. l.]: Escola de Educação Positiva, 2021.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOH, Cibele Keiko *et al.* Trezinho do banheiro: conhecimentos sobre o treinamento esfincteriano no ambiente escolar. *In*: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, 22., 2013, Pelotas. **Anais [...]**. Pelotas: UFPel, 2013. Disponível em: http://cti.ufpel.edu.br/cic/arquivos/2013/CS_00963.pdf. Acesso em: 13 maio 2021.

GOMES, Luana Rodrigues. **Explorando as necessidades de informação sobre treinamento esfincteriano em professores da Educação Infantil**. 2019. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem) – Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/24779/1/2019_LuanaRodrigues-Gomes_tcc.pdf. Acesso em: 13 maio 2021.

HUBERMAN, Michael. O ciclo de vida profissional dos professores. *In*: NÓVOA, Antônio (org.). **Vidas de professores**. Porto: Porto Editora, 1992.

MARANHÃO, Damaris Gomes. Saúde e bem-estar das crianças: uma meta para educadores infantis em parceria com familiares e profissionais de saúde. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO, 1., 2010, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7157-2-5-artigo-mec-saude-bemestar-criancas-damaris/file>. Acesso em: 22 fev. 2025.

MARANHÃO, Damaris Gomes. **Saúde e bem-estar na Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2023.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti *et al.* **Escola e aprendizagem da docência**: processos de investigação e formação. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

NONO, Maévi Anabel; COUTO, Géssica Santos. Desfralde na Educação Infantil em normativas e documentos brasileiros. *In*: RAMOS, Janaína (org.). **Open Science Research XI**. 1. ed. Guarujá: Científica Digital, 2023. v. 11, p. 653-668. Disponível em: <https://www.editoracientifica.com.br/books/chapter/desfralde-na-educacao-infantil-em-normativas-e-documentos-brasileiros>. Acesso em: 2 mar. 2025.

NUNES, Gabriela de Carvalho *et al.* A percepção dos educadores acerca da disfunção eliminatória. **Residência Pediátrica**, [s. l.], v. 7, n. 3, p. 97-101, 2017. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/residenciapediatrica.com.br/pdf/v7n3a03.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2022.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de *et al.* **O trabalho do professor na Educação Infantil**. São Paulo: Biruta, 2019.

QUADROS, Vanessa da Silva Rocha de. Significando as vivências do desfralde na escola. **Revista Pátio Educação Infantil**, Porto Alegre, ano 15, n. 53, p. 28-31, out./dez. 2017.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA; SOCIEDADE BRASILEIRA DE UROLOGIA. **Manual de orientação treinamento esfincteriano**. [S. l.]: SBE: SBU, 2019. Disponível em: https://portaldaurologia.org.br/medicos/wp-content/uploads/2020/01/Treinamento_Esfincteriano.pdf. Acesso em: 1 fev. 2022.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINIBIOGRAFIA

Maévi Anabel Nono

Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Paulo, Brasil. Professora Assistente MS3.2 do Departamento de Educação e do Programa de Pós-graduação em Ensino e Processos Formativos da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil e coordenadora do grupo de pesquisa Professores e gestores de Educação Infantil: formação, saberes e práticas.

E-mail: maevi.nono@unesp.br